



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto**

COMISSÃO DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES E DANOS AO ERÁRIO, NO ARMAZÉM DA FAMÍLIA DURANTE A GESTÃO DE 2009-2012.

ATA nº 26/2022

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos da manhã, reuniram-se na Sede da OAB de Araucária, a Comissão Especial de inquérito do Armazém da Família composta pelos Vereadores: Pastor Eduardo Castilhos – Presidente, Professor Sebastião Valter – Relator, Aparecido Ramos – Membro, Irineu Cantador – Membro, Fábio Pavoni - Membro. O presidente iniciou a audiência de leitura do relatório final, mencionou que a C.I está em trabalho há 10 meses, averiguando irregularidades no contrato do armazém da família, com vinte e cinco depoentes, vinte e seis reuniões, setenta e seis memorandos e quarenta e nove ofícios, duas diligências externas em Curitiba, na Câmara Municipal e na Prefeitura, e dezenas de documentos recebidos, todos cumprindo os prazos, agradeceu ao vereador Vilson Cordeiro (Grilo) que estava presente na audiência, agradeceu aos membros e assessores que integraram a comissão e passou a palavra ao Vereador Relator Valter. Relator com a palavra agradeceu e cumprimentou a todos presentes e a audiência das redes sociais, leu na íntegra o relatório final. Após a leitura do relatório, o presidente colocou em discussão. Vereador Fábio Pavoni pediu a palavra, e começou a agradecer os membros pelos 10 meses de trabalho, junto com os assessores, e destacou a conclusão onde há irregularidades e pontuou algumas que achou interessante, os gerentes em cargos de comissão, falta de fiscalização do legislativo da época dos assaltos, falta de controle dos documentos sem assinatura por exemplo, renovação de contrato com dívida, uma improbidade administrativa que o Ministério Público averiguará, e também o transporte do dinheiro público sem cuidado, destacou a situação de falso testemunho e coação no curso do processo que vai caber ao Ministério Público averigar, e que vai continuar lutando para que o armazém volte para o município e que se não for possível, que vai lutar pra ter outra solução que ajude a população que precisa. O relator Valter retificou um número do relatório que teve um erro de digitação na página 59, leia-se “Por fim, informamos que durante a oitiva, o depoente ao ser indagado a respeito do boletim de ocorrência



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

nº177800/2012". Com a palavra o Vereador aparecido agradeceu a todos presentes, e que enfim o relatório final foi lido e que não é porque a C.I chegou ao fim que o mercado vai voltar, infelizmente o mercado faz falta pois tem muitas famílias que precisam, mas que o Prefeito vai ver uma solução para ajudar a matar a fome das pessoas do município. Vereador Irineu Cantador com a palavra agradeceu a todos presentes, assessores e funcionários da Câmara que prestaram ajuda e apoio a C.I, que a C.I foi incumbida e que o trabalho foi árduo e que as dificuldades foram grandes, devido lapso temporal, falta documentos e que diante das dificuldades acredita que o Prefeito irá trazer um resultado positivo para população. Valter agradeceu por ser relator da C.I em seu primeiro mandato, que essa missão talvez não fique a contento de todos, mas que a parte legislativa é limitada e que o poder judiciário é quem pune caso necessário. Que o foco da C.I não era a reabertura do armazém e sim investigar os problemas que tiveram em 2009 á 2012. Presidente Eduardo Castilhos com a palavra, agradeceu o momento inédito que é presidir uma C.I no seu primeiro mandato e que infelizmente o final da C.I não irá agradar a todos, mas que tudo que estava ao alcance da comissão foi feito. Então o presidente abre o relatório para votação, que assim foi aprovado por unanimidade dos vereadores/membros presentes. Para finalizar o presidente abre a palavra a população e imprensa presente, caso tenham perguntas. Alex Furtado da página Jornalismo verdade, com a palavra fez sua pergunta. Diante da alegação no relatório de um possível crime de coação contra a C.I, foi feito um boletim de ocorrência? O boletim de ocorrência foi feito e será encaminhado ao Ministério Público? Vereador Fábio Pavoni respondeu a pergunta, que o boletim de ocorrência foi elaborado na data de 14-04 sob nº 400723-2022 - crime de ameaça e coação no curso do processo. Eduardo Castilho explicou a situação onde Irani Vitor Lassen o procurou juntamente com seu filho, e que pela conversa isso foi passado à direção da Câmara, onde reuniram todos os vereadores e que assim fizeram uma ata, e após dirigiram-se à delegacia e fizeram o boletim de ocorrência. O jornalista perguntou se com relação ao processo que o Vereador Pavoni mencionou que está sofrendo, se ele foi feito pelo mesmo autor da tentativa de coação? O vereador Pavoni falou que foi informado de um processo de calúnia, que o juiz ainda não recebeu e que está bem tranquilo pois a C.I é transparente, que está tudo gravado, que nunca o acusou de crime e só citou os processos que ele responde na justiça e nada mais. A próxima pergunta é do Vilson da Rádio Clube, Quais foram as principais dificuldades que tiveram para analisar se existia a dívida? O Presidente Castilhos respondeu, falta de documentos, onde quando solicitado falavam que estariam no processo, a falta de resposta, e o lapso temporal. Segunda pergunta,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

seria possível reabrir o armazém em um convênio com outro município? O Presidente responde que a pergunta teria que ser mais trabalhada com o executivo, a possibilidade é relativa, mas teria que ver se a logística é viável e que o custo tem que ser estudado ou criar um programa com o mesmo efeito. Terceira pergunta é sobre os assaltos, vocês acreditam que os assaltos constam na dívida que Araucária tem? Relator Valter responde que segundo os relatos as dívidas dos assaltos foram pagas por Araucária, inclusive teve um projeto de lei liberado pela câmara municipal de Araucária, de recurso de 99 mil usado para resarcimento desses assaltos, nós não encontramos mais projetos ou documentos que tivesse essa liberação para pagamento de todos os assaltos, e que de maneira geral pelos depoentes os assaltos foram supridos e pagos com recurso do município, que de acordo com os relatos os valores dos assaltos não estão incluídos na dívida. Ultima pergunta, com base nos depoimentos e documentos que a C.I teve acesso, acreditam que Curitiba fez uma cobrança equivocada? Valter responde que Curitiba diz que tem a dívida e não consegue provar, até a análise da perícia não consegue provar, além de que a dívida só foi cobrada após anos, e que no contrato diz que se tivessem dívidas o contrato não iria ser renovado, então está bem contraditório. Presidente Castilhos leu uma pergunta enviada pela internet do Jornal O Popular de Valdiclei Barbosa, então no geral a C.I entendeu não ser possível dizer que houve furo provocado por Araucária no período de 2009 a 2012, que tal entendimento é corroborado pela perita? Vereador Irineu responde que diante do relatório que não é possível comprovarmos que Araucária deve pra Curitiba através de documentos, que a conclusão é que Araucária não deve e que a perícia ainda não esta concluída e que assim que ela fizer o relatório final teremos a certeza. Aécio da página Araucária no ar, quer fazer um complemento a respeito dos assaltos, onde o mesmo lembra que houve vários assaltos, não somente de dinheiro, e a pergunta é feita pro Vereador Pavoni, os boletins de ocorrência tiveram andamento? Vereador Pavoni respondeu que a delegacia investigou e que não teve êxito em identificar os assaltantes infelizmente. Marina Teixeira do observatório social agradeceu a C.I e disse que a ideia do cartão é paliativa, que o armazém trazia dignidade para a população, e que as igrejas e paróquias estão com dificuldade de atender as pessoas que precisam de alimento, e a pergunta é, a população pode ter esperança? Presidente Castilhos responde que é lastimável o que aconteceu, e que muitas pessoas sofreram e sofrem com a falta de alimento, e que isso foi um combustível para a C.I e que infelizmente a decisão é do executivo, e que o prefeito já está no estudo para acabar com a fome da população. O Presidente da Comissão Vereador Eduardo Castilhos deu por encerrada a reunião às doze horas e quarenta



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

e dois minutos. E eu, Bárbara Felippe Moreira, lavrei e digitei a presente ata que segue assinada pelos Vereadores presentes.

Araucária, 13 de Julho de 2022.

Eduardo Rodrigo de Castilhos

Presidente da Comissão

Sebastião Valter Fernandes

Relator

Aparecido Ramos Estevão

Membro

Fábio Almeida Pavoni

Membro

Irineu Cantador

Membro